

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Biênio 2021 -2022

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,
COORDENAÇÃO E FINANÇAS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

PRESIDENTE

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Marcos Henrique Pinto Basílio

3º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Edson Aguiar de Vasconcelos



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

Sumário

I. Fundamentação Legal	3
II. Apresentação	4
III. Macro-objetivos	4 a 5
IV. Estrutura por Programação	5 a 6
PAG 01 – Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	6
PAG 02 – Racionalização da Prestação Jurisdicional	7
PAG 03 – Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação.....	8 a 9
PAG 04 – Infraestrutura e Segurança das Edificações do PJ.....	9 a 10
PAG 05 – Desenvolvimento das Políticas Institucionais.....	11 a 13
PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PAG	14



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL – PAG

Biênio 2021/2022

I. Fundamentação Legal

O PAG está fundamentado nos preceitos pautados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e observa as normas e procedimentos voltados ao planejamento, à geração de despesas e à transparência da gestão de recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), portanto, é a principal fonte reguladora da execução do Plano de Ação Governamental – PAG, tendo em vista assegurar a qualidade da gestão fiscal e o equilíbrio das finanças públicas, além de zelar pela aplicação planejada dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, bem como pela preservação e conservação do patrimônio público e pela compatibilidade do planejamento com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos destinados ao custeio e ao investimento, aplicados na execução dos programas do Plano de Ação Governamental – PAG, são regidos pelas normas estaduais: Lei nº 2.524/1996 (Criação do FETJ), Lei nº 2.836/1997 (altera os artigos 2º, II, e 3º, V, da Lei nº 2.524/1996), Lei nº 3.217/1999 (autoriza a transferência de novas receitas para o FETJ).



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

II. Apresentação

O Plano de Ação Governamental - PAG apresentado para o presente biênio, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 12/2021, está alinhado ao Planejamento Estratégico do PJERJ delineado para 2021/2022 e estruturado em consonância com o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (PPA 2020/2023).

Para a realização das ações planejadas e a consecução dos objetivos definidos no Plano de Ação Governamental – PAG, estão dispostos no Orçamento autorizado de 2021, assim como estarão dispostos na Proposta Orçamentária para 2022, os recursos destinados à sua execução.

III. Macro-objetivos

Por definição, os macro-objetivos constituem-se nos pilares que norteiam a elaboração e orientam a execução do Plano de Ação Governamental – PAG apontando para sua finalidade. São eles:

- **Avaliar e Acompanhar** a evolução das despesas públicas administradas pelo PJERJ em atendimento aos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e aos preceitos decorrentes de seus artigos 16 e 17, que tratam da geração da despesa pública e da despesa obrigatória de caráter continuado;
- **Disciplinar** a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, permitindo a fixação de prioridades em prol do



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

equilíbrio fiscal, observada a continuidade dos projetos em andamento, de acordo com o disposto no artigo 45 da LRF, que trata da preservação do patrimônio público;

- **Compatibilizar e Adequar** os programas do referido Plano com o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA; e,
- **Assegurar** instrumento de ação planejada e transparente que permita a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar a manutenção da atividade jurisdicional.

IV. Estrutura por Programação

O Plano de Ação Governamental – PAG é estruturado em cinco Programas com objetivos distintos onde são apresentados os projetos, as ações e as respectivas despesas com custeio e investimentos previstos, estimativamente, para o biênio.

Assim, o Plano de Ação Governamental – PAG para 2021/2022 totaliza o montante de R\$ 303,607 milhões, estando distribuídos:



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

PROGRAMAS PAG	
1	Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais
2	Racionalização da Prestação Jurisdicional
3	Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação
4	Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário
5	Desenvolvimento das Políticas Institucionais
TOTAL GERAL R\$ 303.607.870	

- **Programa PAG - 01**

Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 27 milhões, sendo composto por **uma ação operacional**, a saber:

Ação Operacional	
Bolsa de Estudo de Juiz Leigo	
TOTAL R\$ 27.000.000	

Finalidade do Programa PAG - 01

Incrementar a quantidade de sentenças proferidas por meio do acompanhamento da atuação dos juízes leigos.

Justificativa do Programa PAG - 01

Necessidade de promover a atuação do Juiz Leigo com metas de produtividade capazes de atender às demandas dos Juizados Especiais, sem prejuízo da qualidade técnico-jurídica de suas decisões. Legislação: Resolução CNJ nº 174/2013.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

- **Programa PAG - 02**

Racionalização da Prestação Jurisdicional

O referido programa totaliza a importância de R\$ 40,627 milhões, sendo composto por **quatro projetos estratégicos e uma ação operacional**, a saber:

Projetos Estratégicos	
Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)	
Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais (continuidade)	
Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)	
Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)	
Ação Operacional	
Fortalecimento de Perícias	
TOTAL R\$ 40.627.049	

Finalidade do Programa PAG - 02

Adotar medidas que promovam maior celeridade processual e efetividade da prestação jurisdicional através da Implantação de projetos que contribuam para melhoria na prestação jurisdicional garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem para o incremento da celeridade dos provimentos jurisdicionais.

Justificativa do Programa PAG - 02

Necessidade da adoção de instrumentos que auxiliem no alcance da redução da taxa de congestionamento da 1ª Instância e na viabilização e melhor desempenho da prestação jurisdicional.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

- **Programa PAG - 03**

Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

O referido programa totaliza a importância de R\$ 176,011 milhões, sendo composto por **dez projetos estratégicos**, a saber:

Projetos Estratégicos
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje (continuidade)
Aprimoramento da Gestão do Patrimônio – Fase 4 (continuidade)
Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)
Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)
Ações Integradas de Saúde (continuidade)
Justiça 4.0
Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais
Digitalização de Processos Físicos
Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade)
Estudo para a Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC (continuidade)
TOTAL R\$ 176.011.422

Finalidade do Programa PAG – 03

Garantir a evolução continuada da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, reduzindo a defasagem tecnológica relacionada aos sistemas, softwares e hardwares através da atualização dos sistemas administrativos, judiciais e corporativos, com desenvolvimento e aquisição de ferramentas de TI.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

Justificativa do Programa PAG - 03

Necessidade de adoção de medidas afetas à gestão corporativa da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, evitando riscos relacionados à defasagem tecnológica e em atendimento à Resolução CNJ nº 370/2021 e Lei Federal nº 11.419/2006.

- **Programa PAG - 04**

Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário

O referido programa totaliza a importância de R\$ 27,369 milhões, sendo composto por **dois projetos estratégicos e dezessete ações operacionais**, a saber:

Projetos Estratégicos
Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)
Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)
Ações Operacionais
Praça dos Expedicionários - Reforma do Subsolo
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas
Obra de Adequação dos Prédios dos Fóruns do PJERJ
Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri
Videoconferência do Complexo Prisional de Magé
Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum de Teresópolis
Reforma do Muro de Contenção na frente do Fórum de Santo Antonio de Pádua
Reforma do Muro de Contenção do Fórum de Três Rios
Projeto de Saneamento para atender à COSA no Fórum de Rio das Ostras



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

Construção de Castelo D'Água e Reforma do Telhado do Fórum de Itatiaia
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Região Oceânica
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Ilha do Governador
Sistema Prevenção e Combate Incêndio São Fidelis
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Sapucaia
Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Paraíba do Sul
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Miguel Pereira
TOTAL R\$ 27.369.000

Finalidade do Programa PAG – 04

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança através de adoção de medidas técnicas necessárias para o desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação de empresa e aquisição de equipamentos, visando a construção, reformas e adequação das instalações físicas do Poder Judiciário.

Justificativa do Programa PAG – 04

Atender às condições de sustentabilidade e acessibilidade das edificações do Poder Judiciário, em face das Leis Federais nº 10048/2000 e nº 10098/2000, da Resolução nº 114/2010 do CNJ e da Norma Técnica - NBR 9050 da ABNT, bem como contribuir para a formação de ambientes saudáveis que proporcionem eficiência e qualidade operacional nos serviços prestados à sociedade.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

- **Programa PAG - 05**

Desenvolvimento das Políticas Institucionais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 32,600 milhões, sendo composto por **vinte projetos estratégicos**, a saber:

Projetos Estratégicos
Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)
Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade)
Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade)
Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG
Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)
Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)
Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I
Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença
Programa de Formação Integral de Gestores – FIG
Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência
Implementação de Estrutura Física e Logística na Central de Audiências de Custódia – Capital
Modernização dos Órgãos Julgadores de Licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020)
Incentivo e Apoio ao Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Mediação e Conciliação Extrajudicial
Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna
Implementação de Política de Governança Institucional (continuidade)
Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJRJ (continuidade)
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade)
TOTAL R\$ 32.600.399

Finalidade do Programa PAG – 05

Estabelecer diretrizes gerais que expressem os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão do Poder Judiciário, objetivando alcançar a visão, pautando-se sempre pelos valores institucionais.

O desenvolvimento das políticas institucionais baliza-se em focar os resultados sociais, na busca pela excelência no atendimento à sociedade, na promoção da responsabilidade social, na priorização das demandas da sociedade e na valorização dos magistrados e servidores.

Justificativa do Programa PAG – 05

Necessidade de adoção de medidas afetas ao desenvolvimento das políticas institucionais do Poder Judiciário, através de projetos que permitam a comunicação com a sociedade, a



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

valorização das pessoas, bem como a promoção da cidadania e da inclusão social.

Concluída a exposição detalhada dos Programas que integram o Plano de Ação Governamental – PAG para o biênio 2021/2022, apresenta-se em anexo, de forma consolidada, os projetos estratégicos e ações operacionais que materializam o referido Plano.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

ANEXO

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG Biênio 2021-2022			
PROGRAMA PAG	2021	2022	Total
1 - APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	13.000.000	14.000.000	27.000.000
AÇÃO OPERACIONAL	13.000.000	14.000.000	27.000.000
Bolsa de Estudo de Juiz Leigo			
2 - RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	19.052.570	21.574.479	40.627.049
PROJETOS ESTRATÉGICOS	9.780.000	11.855.000	21.635.000
Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Camaras Cíveis e Criminais (continuidade)			
Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)			
Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)			
AÇÃO OPERACIONAL	9.272.570	9.719.479	18.992.049
Fortalecimento de Perícias			
3 - GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	82.349.422	93.662.000	176.011.422
PROJETOS ESTRATÉGICOS	82.349.422	93.662.000	176.011.422
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)			
Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 4 (continuidade)			
Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)			
Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)			
Ações Integradas de Saúde (continuidade)			
Justiça 4.0			
Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais			
Digitalização de Processos Físicos			
Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade)			
Estudo para Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC (continuidade)			
4 - INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO	14.147.500	13.221.500	27.369.000
PROJETOS ESTRATÉGICOS	490.000	490.000	980.000
Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)			
Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)			
AÇÕES OPERACIONAIS	13.657.500	12.731.500	26.389.000
Praça dos Expedicionários - Reforma do Subsolo			
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas			
Obra de Adequação dos Prédios dos Fóruns do PJERJ			
Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri			
Videoconferência do Complexo Prisional de Magé			
Recuperação da Fachada do Prédio do Fórum de Teresópolis			
Reforma do Muro de Contenção na frente do Fórum de Santo Antonio de Pádua			
Reforma do Muro de Contenção do Fórum de Três Rios			
Projeto de Saneamento para atender à COSA no Fórum de Rio das Ostras			
Construção de Castelo D'Água e Reforma do Telhado do Fórum de Itaitiaia			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Região Oceânica			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Ilha do Governador			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio São Fidelis			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Sapucaia			
Climatização das Centrais de Água Gelada CAG da Lâmina I			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Paraíba do Sul			
Sistema Prevenção e Combate Incêndio Miguel Pereira			
5 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	14.605.376	17.995.023	32.600.399
PROJETOS ESTRATÉGICOS	14.605.376	17.995.023	32.600.399
Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)			
Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade)			
Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade)			
Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG			
Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)			
Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line			
Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe (continuidade)			
Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III, Seção I			
Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença			
Programa de Formação Integral de Gestores - FIG			
Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência			
Implementação de Estrutura Física e Logística na Central de Audiências de Custódia - Capital			
Modernização dos Órgãos Julgadores de Licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020)			
Incentivo e Apoio ao Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais			
Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro			
Mediação e Conciliação Extrajudicial			
Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna			
Implementação de Política de Governança Institucional (continuidade)			
Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade)			
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade)			
Total Geral	143.154.868	160.453.001	303.607.870